



SENADO FEDERAL
Consultoria Legislativa

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE)

Data da reunião: 17/12/2019

Presidente: Senador Dário Berger

Item	Identificação da matéria
1	<p>Relatório de Avaliação de Política Pública Relatório sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), política pública avaliada pela Comissão no ano de 2019, nos termos do 96-B do RISF. Autoria: Senador Flávio Arns</p>

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
2	<p>PL 5101/2019 Ementa: Institui o Dia Nacional da Pessoa com Atrofia Muscular Espinhal (AME). Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Não Terminativo</p>	Senadora Daniella Ribeiro	Pela aprovação.	<p>O projeto pretende instituir o Dia Nacional da Pessoa com Atrofia Muscular Espinhal (AME), a ser comemorado anualmente no dia 8 de agosto. A matéria constou da pauta da reunião de 03/12 e 10/12/2019.</p>

Consultoria Legislativa do Senado Federal

Quadro-Síntese da pauta da reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE)

Data da reunião: 17/12/2019

2

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
3	PL 2120/2019 Ementa: Confere ao Município de Bragança Paulista, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional da Linguiça Artesanal. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Não Terminativo	Senador Veneziano Vital do Rêgo	Pela aprovação.	<p>O projeto visa a conceder ao Município de Bragança Paulista, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional da Linguiça Artesanal.</p> <p>A matéria constou da pauta da reunião de 19/11, 03/12 e 10/12/2019.</p>
4	PLC 92/2018 Ementa: Declara Francisco Saturnino Rodrigues de Brito Patrono da Engenharia Sanitária do Brasil. Autoria: Câmara dos Deputados [tramitação] Não Terminativo	Senador Izalci Lucas	Pela aprovação	<p>O projeto tem o objetivo de declarar Francisco Saturnino Rodrigues de Brito patrono da Engenharia Sanitária do Brasil.</p> <p>A matéria constou da pauta da reunião de 27/08, 03/09 e 10/09/2019.</p>
5	PL 4811/2019 Ementa: Institui o Dia Nacional de Segurança da Vida nas Áreas de Barragens. Autoria: Senador Styvenson Valentim [tramitação] Terminativo	Senador Fabiano Contarato	Pela aprovação.	<p>O projeto institui o Dia Nacional de Segurança da Vida nas Áreas de Barragens, a ser rememorada, anualmente, no dia 25 de janeiro, data do rompimento da barragem de Brumadinho (MG).</p> <ol style="list-style-type: none"> Em 12/11/2019, foi lido o relatório; A matéria constou da pauta da reunião de 12/11, 19/12, 03/12 e 10/12/2019.
6	PL 4641/2019 Ementa: Confere ao Município de Divina Pastora, no Estado de Sergipe, o título de Capital Nacional da Renda Irlandesa. Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves [tramitação] Terminativo	Senador Alessandro Vieira	Pela aprovação.	<p>O projeto propõe a concessão do título de “Capital Nacional da Renda Irlandesa” para o Município de Divina Pastora, no Estado de Sergipe.</p> <ol style="list-style-type: none"> Em 03/12/2019, foi lido o relatório; A matéria constou da pauta da reunião de 08/10, 15/10, 22/10, 29/10, 05/11, 12/11, 19/11, 03/12 e 10/12/2019.
7	PL 5289/2019 Ementa: Confere ao município de Maringá, no estado do Paraná, o título de Capital Nacional do Associativismo. Autoria: Senador Flávio Arns [tramitação] Terminativo	Senadora Leila Barros	Pela aprovação.	<p>O PL pretende conferir ao Município de Maringá, no Estado do Paraná, o título de Capital Nacional do Associativismo.</p> <ol style="list-style-type: none"> Em 03/12/2019, foi lido o relatório; A matéria constou da pauta da reunião de 19/11, 03/12 e 10/12/2019.

Data da reunião: 17/12/2019

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
8	PL 4393/2019 Ementa: Dispõe sobre a assistência, em regime de exercícios domiciliares ou à distância, para estudantes da Educação Básica que participem periodicamente de competições desportivas e paradesportivas ou exerçam atividades artísticas itinerantes. Autoria: Senador Flávio Arns [tramitação] Terminativo	Senadora Leila Barros	Pela aprovação com três emendas que apresenta.	<p>O projeto trata da assistência, em regime de exercícios domiciliares ou a distância, para estudantes da educação básica que participem de competições desportivas e atividades artísticas de caráter oficial. Em seu texto, condiciona a substituição de faltas à compatibilização dos exercícios domiciliares ou a distância com as possibilidades materiais da instituição de ensino e à rigorosa coincidência dos períodos de afastamento com a concessão. A concessão se dará a partir da entrega de documento que comprove a convocação do estudante e ficará sujeita a posterior homologação do Conselho Escolar. Foi apresentada emenda que amplia o escopo da proposta para beneficiar todos os estudantes praticantes de atividades artísticas que, eventual ou esporadicamente, precisem se ausentar da escola, e não apenas os que desenvolvem atividades itinerantes, para os quais o ordenamento vigente, nos termos da Lei 6.533/1978, prevê proteção mais ampla. As demais emendas realizam reparos de técnica legislativa.</p> <p>1. Em 03/12/2019, foi lido o relatório. 2. A matéria constou da pauta da reunião de 19/11, 03/12 e 10/12/2019.</p>
9	PL 4976/2019 Ementa: Confere ao Município de Pedro Leopoldo, no Estado de Minas Gerais, o título de Capital Nacional da Mediunidade. Autoria: Senador Eduardo Girão [tramitação] Terminativo	Senador Antonio Anastasia	Pela aprovação.	<p>A proposição pretende conferir o título de Capital Nacional da Mediunidade ao Município de Pedro Leopoldo, no Estado de Minas Gerais.</p> <p>1. Em 03/12/2019, foi lido o relatório. 2. A matéria constou da pauta da reunião de 03/12 e 10/12/2019.</p>
10	PL 4478/2019 Ementa: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a prática do jiu-jitsu nos currículos do ensino fundamental. Autoria: Senador Chico Rodrigues [tramitação] Terminativo	Senador Eduardo Gomes	Pela aprovação.	<p>O projeto pretende alterar a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB) para incluir o jiu-jitsu como componente curricular opcional para os alunos do ensino fundamental.</p> <p>Em 10/12/2019, foi lido o relatório.</p>
11	PL 4682/2019 Ementa: Altera a Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), para incluir a alfabetização de jovens e adultos como critério de responsabilidade social a ser avaliado. Autoria: Senador Jorge Kajuru [tramitação] Terminativo	Senador Confúcio Moura	Pela aprovação.	<p>O projeto objetiva incluir a alfabetização de jovens e adultos como um dos indicadores de responsabilidade social que devem nortear a avaliação das instituições de educação superior (IES) no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).</p> <p>A matéria constou da pauta da reunião de 12/11, 19/11, 03/12 e 10/12/2019.</p>

Data da reunião: 17/12/2019

Item	Identificação da matéria	Relatoria	Voto	Resumo
12	PL 3941/2019 Ementa: Altera a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013, que "dispõe sobre o benefício do pagamento de meia-entrada para estudantes, idosos, pessoas com deficiência e jovens de 15 a 29 anos comprovadamente carentes em espetáculos artístico-culturais e esportivos, e revoga a Medida Provisória no 2.208, de 17 de agosto de 2001", para estender aos professores o benefício da meia-entrada. Autoria: Senador Dário Berger [tramitação] Terminativo	Senador Jorginho Mello	Pela aprovação.	<p>A proposição visa a assegurar aos estudantes o acesso a eventos culturais, educativos, esportivos, de lazer e de entretenimento, em todo o território nacional, mediante pagamento da metade do preço do ingresso efetivamente cobrado do público em geral. Ademais, adiciona professores da educação escolar nos níveis básico e superior como nova categoria de pessoas a fazer jus ao benefício da meia entrada. Estipula, ainda, que a condição de docente deve ser comprovada pela apresentação de carteira funcional oficial, emitida pelas instituições de ensino, com prazo de validade renovável a cada ano, conforme modelo único padronizado e publicamente disponibilizado pelas instituições de ensino e pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), com certificação digital deste, podendo a carteira funcional ter 50% de características locais.</p> <p>A matéria constou da pauta da reunião de 12/11, 19/11, 03/12 e 10/12/2019.</p>
13	PL 4613/2019 Ementa: Declara o Projeto Rondon como Patrimônio Imaterial da Educação Superior Brasileira Autoria: Senador Flávio Arns [tramitação] Terminativo	Senador Confúcio Moura	Pela aprovação com uma emenda que apresenta.	<p>A proposição pretende declarar o Projeto Rondon como Patrimônio Imaterial da Educação Superior Brasileira.</p> <p>Emenda substitui a expressão "como Patrimônio Imaterial da Educação Superior Brasileira" por "bem imaterial do patrimônio cultural brasileiro", de forma a harmonizar o texto do projeto com o da Constituição Federal.</p> <p>A matéria constou da pauta da reunião de 19/11, 03/12 e 10/12/2019.</p>
14	PL 5536/2019 Ementa: Altera o Anexo Metas e Estratégias à Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação, para fomentar, na educação superior, a parceria entre órgãos e entidades do Estado com instituições comunitárias de educação superior e com aquelas enquadradas no art. 242 da Constituição Federal de 1988. Autoria: Senador Jorginho Mello [tramitação] Terminativo	Senador Dário Berger	Pela aprovação.	<p>A proposição visa a alterar o Anexo "Metas e Estratégias" do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2014 para fomentar, na educação superior, a parceria entre órgãos e entidades do Estado com instituições comunitárias de educação superior e com aquelas enquadradas no art. 242 da Constituição Federal (instituições educacionais oficiais criadas por lei estadual ou municipal e existentes na data da promulgação da Constituição que não são total ou preponderantemente mantidas com recursos públicos). Para tanto, estabelece que o percentual de 40% previsto para a expansão das novas matrículas deve ser realizado não somente no segmento público, mas também no ensino de oferta gratuita. Além disso, propõe que o fomento da oferta de educação superior pública e gratuita ocorra, de forma prioritária, não apenas para a formação de professores para a educação básica (sobretudo nas áreas de língua portuguesa, ciências e matemática), mas também para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas.</p> <p>A matéria constou da pauta da reunião de 10/12/2019.</p>

Item	Identificação da matéria
15	<p>REQ (REQUERIMENTO) 117/2019 - CE</p> <p>Ementa: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre a instituição do Dia Nacional de Luta Contra a Violência Doméstica e Familiar. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Senadora Zenaide Maia - Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher; 2. Senadora Rose de Freitas - Procuradora da Mulher no Senado Federal; 3. Deputada Luísa Canziani - Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Câmara dos Deputados; 4. Instituto Maria da Penha - IMP; 5. ONU Mulheres; 6. Observatório da Mulher contra a Violência, do Senado Federal; 7. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal; 8. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; 9. Rita de Cassia Andrade - Juizado de Violência Domestica e Familiar contra a Mulher -Comarca de João Pessoa-PB.</p> <p>Autoria: Senadora Daniella Ribeiro</p>

Resumos elaborados pelo Núcleo de Acompanhamento Legislativo da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Para acesso ao texto integral dos pareceres, consultar a Pauta Cheia.

Para receber alertas de divulgação de Quadro-Síntese, escreva para conleg.apl@senado.leg.br.